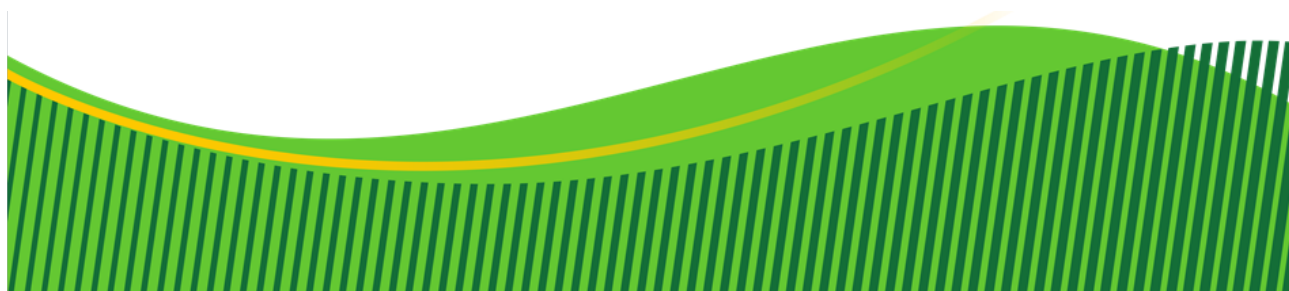


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS
Cerro Largo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		1.396.717	1.341.675	CIRCULANTE		657.255	594.269
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	11.232	7.874	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	222.479	202.442
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	145.063	32.407	Depósitos à Vista		162.732	139.167
Carteira Própria		145.063	32.407	Depósitos Interfinanceiros		1.474	3.872
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		531.419	650.195	Depósitos a Prazo		58.273	59.403
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		22	7	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		349.644	319.340
Depósitos no Banco Central		646	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		11	10
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		307	150	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	349.633	319.330
Correspondentes no país		775	1.389	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.191	2.433
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	529.669	648.649	Recursos em Trânsito de Terceiros		3.191	2.433
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	662.621	609.272	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	13.683	13.722
Operações de Crédito		705.724	649.707	Empréstimos País - Outras Instituições		13.683	13.722
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(43.103)	(40.435)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		68.258	56.332
OUTROS CRÉDITOS		45.129	39.245	Cobrança e Arrecadação de Tributos		359	117
Créditos por Avais e Fianças Honorários		1.034	589	Sociais e Estatutárias		6.821	5.405
Rendas a Receber		3.350	3.712	Fiscais e Previdenciárias		3.040	2.654
Créditos Específicos		723	658	Diversas	(NOTA 15)	58.038	48.156
Diversos	(NOTA 08)	42.339	36.017				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(2.317)	(1.731)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	1.253	2.682				
Outros Valores e Bens		2.479	3.226				
(Provisão para desvalorização)		(1.332)	(652)				
Despesas Antecipadas		106	108				
NÃO CIRCULANTE		332.532	251.206	NÃO CIRCULANTE		738.606	721.468
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		332.534	251.206	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		738.606	721.468
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	23.425	9.422	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	715.673	704.847
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		23.425	9.422	Depósitos a Prazo		715.673	704.847
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	227.436	161.964	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	22.933	16.621
Operações de Crédito		257.354	184.567	Repasse Interfinanceiros		22.933	16.621
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(29.918)	(22.603)				
OUTROS CRÉDITOS		3.754	3.606				
Diversos	(NOTA 08)	3.999	3.960				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(245)	(354)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	17	36				
Despesas Antecipadas		17	36				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	36.753	36.758	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		333.388	277.144
Outros Investimentos		36.753	36.758	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	151.860	140.663
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	24.812	24.970	De Domiciliados no País		151.869	140.672
Imóveis de Uso		10.382	8.529	(Capital a Realizar)		(9)	(9)
Outras Imobilizações de Uso		34.499	34.316	RESERVAS DE SOBRAS		159.245	120.609
(Depreciação acumulada)		(20.069)	(17.875)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		22.283	15.872
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	16.335	14.450				
Outros Ativos Intangíveis		29.472	23.742				
(Amortização acumulada)		(13.137)	(9.292)				
TOTAL DO ATIVO		1.729.249	1.592.881	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.729.249	1.592.881

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	107.039	-	107.039	221.416	-	221.416	191.053	6	191.059
Operações de Crédito	100.499	-	100.499	207.246	-	207.246	186.504	6	186.510
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.537	-	6.537	14.158	-	14.158	4.419	-	4.419
Resultado das Aplicações Compulsórias	3	-	3	12	-	12	130	-	130
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(55.839)	(1.142)	(56.981)	(115.663)	(1.998)	(117.661)	(140.284)	(1.421)	(141.705)
Operações de Captação no Mercado	(29.568)	(68)	(29.636)	(70.031)	(132)	(70.163)	(84.997)	(83)	(85.080)
Operações de Empréstimos e Repasses	(10.408)	(1.074)	(11.482)	(20.183)	(1.866)	(22.049)	(19.285)	(1.338)	(20.623)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.863)	-	(15.863)	(25.449)	-	(25.449)	(36.002)	-	(36.002)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51.200	(1.142)	50.058	105.753	(1.998)	103.755	50.769	(1.415)	49.354
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(25.521)	7.259	(18.262)	(43.681)	14.011	(29.670)	(7.640)	11.998	4.358
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.930	15.253	24.183	17.420	28.625	46.045	14.610	21.495	36.105
Rendas de Tarifas Bancárias	9.513	-	9.513	18.836	-	18.836	15.872	-	15.872
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(32.903)	(3.404)	(36.307)	(66.337)	(6.125)	(72.462)	(60.555)	(4.224)	(64.779)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(23.210)	(3.025)	(26.235)	(42.520)	(5.512)	(48.032)	(35.317)	(4.117)	(39.434)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(61)	(652)	(713)	(169)	(1.230)	(1.399)	(161)	(915)	(1.076)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	30.647	370	31.017	68.910	427	69.337	93.046	1.210	94.256
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(18.437)	(1.283)	(19.720)	(39.821)	(2.174)	(41.995)	(35.135)	(1.451)	(36.586)
RESULTADO OPERACIONAL	25.679	6.117	31.796	62.072	12.013	74.085	43.129	10.583	53.712
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.334)	50	(1.284)	(1.149)	131	(1.018)	864	30	894
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.345	6.167	30.512	60.923	12.144	73.067	43.993	10.613	54.606
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.501	1.501	-	(697)	(697)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	889	889	-	(406)	(406)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	612	612	-	(291)	(291)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	24.345	7.668	32.013	60.923	11.447	72.370	43.993	10.613	54.606
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	11.447	(11.447)	-	10.613	(10.613)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	24.345	7.668	32.013	72.370	-	72.370	54.606	-	54.606
DESTINAÇÕES	-	-	-	(50.087)	-	(50.087)	(38.734)	-	(38.734)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.940)	-	(9.940)	(10.788)	-	(10.788)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)	(1.984)	-	(1.984)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(30.640)	-	(30.640)	(21.824)	-	(21.824)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(6.722)	-	(6.722)	(4.138)	-	(4.138)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	22.283	-	22.283	15.872	-	15.872

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	127.231	93.647	10.014	230.892
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.857	-	(7.684)	(3.827)
Destinações para reservas	-	1.000	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	(1.330)	(1.330)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.531	-	-	5.531
Baixas de capital	(6.511)	-	-	(6.511)
Resultado do período	-	-	54.606	54.606
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.984)	(1.984)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.824	(21.824)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.555	-	(10.788)	(233)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.138	(4.138)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	140.663	120.609	15.872	277.144
Mutações do Período	13.432	26.962	5.858	46.252
Saldos no início do período em 01/01/2017	140.663	120.609	15.872	277.144
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.607	-	(13.164)	(6.557)
Destinações para reservas	-	1.275	(1.275)	-
Outras destinações	-	-	(1.433)	(1.433)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.756	-	-	4.756
Baixas de capital	(9.891)	-	-	(9.891)
Resultado do período	-	-	72.370	72.370
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.786)	(2.786)
Reserva Legal - Estatutária	-	30.640	(30.640)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.725	-	(9.940)	(215)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.721	(6.721)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	151.860	159.245	22.283	333.388
Mutações do Período	11.197	38.636	6.411	56.244
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	142.442	121.884	40.357	304.683
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.964	-	-	2.964
Baixas de capital	(3.271)	-	-	(3.271)
Resultado do período	-	-	32.013	32.013
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.786)	(2.786)
Reserva Legal - Estatutária	-	30.640	(30.640)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.725	-	(9.940)	(215)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.721	(6.721)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	151.860	159.245	22.283	333.388
Mutações do Período	9.418	37.361	(18.074)	28.705

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	41.606	89.229	56.488
Resultado do semestre/exercício	32.013	72.370	54.606
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.593	16.859	1.882
(Reversão) Provisão para operações de crédito	6.275	9.983	(1.499)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.066	680	48
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	819	477	(36)
Depreciação do imobilizado de uso	1.903	3.727	3.250
Amortização do intangível	1.992	3.845	1.852
Baixas do ativo permanente	548	581	185
Baixas de investimentos	-	5	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	75	(95)	(409)
Destinações ao FATES	(2.786)	(2.786)	(1.984)
Dividendos SicrediPar	(299)	442	475
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(76.289)	(181.630)	91.799
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.693)	(14.003)	(1.122)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(5.744)	(112.656)	(32.407)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.951	(15)	4
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(751)	(803)	3.433
Redução em relações com correspondentes	109	614	493
(Aumento) em operações de crédito	(173.954)	(128.805)	(84.182)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	107.514	36.616	58.891
(Aumento) em outros créditos	(4.501)	(6.951)	(6.177)
Redução em outros valores e bens	1.629	768	2.097
Aumento (Redução) em depósitos	(13.567)	30.864	144.929
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.894	758	(293)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(845)	(39)	(2.975)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.130)	(3.218)	(1.622)
Aumento em outras obrigações	11.799	15.240	10.730
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(34.683)	(92.401)	148.287
Aquisição de Investimentos	-	-	(752)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.817)	(4.151)	(5.641)
Aplicações no Intangível	(2.681)	(5.730)	(6.334)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.498)	(9.881)	(12.727)
Integralização de capital	2.963	4.756	5.531
Baixa de capital	(3.271)	(9.891)	(6.511)
Juros ao capital próprio	(215)	(215)	(233)
Distribuição de Sobras	-	(7.990)	(5.157)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(523)	(13.340)	(6.370)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(39.704)	(115.622)	129.190
Caixa e equivalente de caixa no início do período	580.605	656.523	527.333
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	540.901	540.901	656.523

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/10/1913 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(141.363)	(342)	(141.705)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(35.660)	(342)	(36.002)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.016	342	4.358
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(39.461)	27	(39.434)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	93.914	342	94.256
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(36.559)	(27)	(36.586)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	11.232	7.874
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	529.669	648.649
Total	540.901	656.523

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.425	9.422
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	23.425	9.422
Total realizável a longo prazo	23.425	9.422

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	145.063	32.407
Total circulante	145.063	32.407

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	295.446	197.934	493.380	401.345
Financiamentos	61.941	33.778	95.719	85.821
Financiamentos rurais e agroindustriais	348.337	25.642	373.979	347.108
Carteira total	705.724	257.354	963.078	834.274

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1.034	-	1.034	589
Devedores por compra de valores e bens	1.766	3.997	5.763	5.797
Títulos e créditos a receber (i)	29.232	2	29.234	23.709
Total	32.032	3.999	36.031	30.095

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	52	3	-	-
Nível A	0,50	336.363	305.864	1.682	1.529
Nível B	1,00	314.667	284.475	3.147	2.845
Nível C	3,00	218.242	149.977	6.547	4.499
Nível D	10,00	49.973	50.070	4.997	5.007
Nível E	30,00	18.607	20.304	5.582	6.091
Nível F	50,00	15.197	15.848	7.599	7.924
Nível G	70,00	4.393	4.204	3.075	2.943
Nível H	100,00	41.615	33.624	41.615	33.624
Total (i)		999.109	864.369	74.244	64.462

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 1.339 (2016 - R\$ 661).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	10.675	85.564	151.860	151.037	399.136	325.503
Rural	2.143	82.412	263.782	25.642	373.979	347.108
Industrial	505	6.504	8.200	16.656	31.865	21.223
Comércio	2.071	30.409	46.575	38.551	117.606	105.177
Outros Serviços	1.739	16.819	28.498	29.467	76.523	65.358
Total	17.133	221.708	498.915	261.353	999.109	864.369

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	44.386	4,44	41.844	4,84
50 devedores seguintes	103.328	10,34	82.186	9,51
100 devedores seguintes	100.650	10,07	88.875	10,28
Demais	750.745	75,14	651.464	75,37
Total	999.109	100	864.369	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	65.123	66.658
Constituição de provisão	25.449	36.002
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.989)	(37.537)
Saldo final	75.583	65.123

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 18.545 (2016 - R\$ 8.662), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 50.679 (2016 - R\$ 23.181).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	272	234
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.901	5.212
Devedores por compra de valores e bens	1.766	1.840
Devedores por depósitos em garantia	1.724	1.166
Impostos e contribuições a compensar	886	1.204
Títulos e créditos a receber	29.232	23.706
Valores honrados	212	14
Cotas de consórcio	1.392	368
Devedores por convênios	549	487
Operações com cartões	147	171
Pendências a regularizar	87	57
Outros	1.171	1.558
Total Circulante	42.339	36.017

Devedores por compra de valores e bens	3.997	3.957
Títulos e créditos a receber	2	3
Total realizável a longo prazo	3.999	3.960

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.391	3.076
Imóveis	1.908	1.691
Veículos e afins	160	527
Máquinas e equipamentos	56	-
Bens em regime especial	267	858
Material em estoque	88	150
Despesas antecipadas	106	108
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.332)	(652)
Total Circulante	1.253	2.682

Despesas antecipadas	17	36
Total realizável a longo prazo	17	36

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.332 (2016 - R\$ 652) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	20.359	20.359
Sicredi Participações S.A.	16.391	16.391
Outras Participações e Investimentos	3	8
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Outras Ações e Cotas	-	5
Total	36.753	36.758

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	5.315.874 ON 11.075.242 PN	5.315.874 ON 11.075.242 PN	3 Quotas	3 Quotas	20.359.042 Quotas	20.359.042 Quotas
Percentual de participação	1,87%	1,89%	1,83%	1,90%	5,80%	5,80%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	16.391	16.391	3	3	20.359	20.359

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	44.881	(20.069)	24.812	24.970
Imobilizações em curso	-	623	-	624	3.686
Terrenos	-	300	-	300	300
Edificações	4%	10.082	(1.891)	8.191	6.867
Instalações	10%	10.030	(4.177)	5.853	5.509
Móveis e equipamentos de uso	10%	9.789	(5.040)	4.749	4.583
Sistema de comunicação	10%	515	(303)	212	187
Sistema de processamento de dados	20%	9.637	(6.646)	2.991	2.215
Sistema de segurança	10%	1.591	(627)	964	618
Sistema de transporte	20%	2.314	(1.385)	929	1.005
Intangível (i)		29.472	(13.137)	16.335	14.450
Investimentos Confederação		23.552	(12.096)	11.456	11.199
Outros ativos intangíveis		5.920	(1.041)	4.879	3.251
Total		74.354	(33.206)	41.148	39.420

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	162.732	-	-	162.732	139.167
Depósitos Interfinanceiros	731	743	-	1.474	3.872
Depósitos a prazo	21.141	37.132	715.673	773.946	764.250
Total	184.604	37.875	715.673	938.152	907.289

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	349.592	319.228
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	349.592	319.228
Outros Recursos	41	102
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	41	102
Total circulante	349.633	319.330

Recursos do Crédito Rural	22.933	16.583
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.933	16.583
Outros Recursos	-	38
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	38
Total exigível a longo prazo	22.933	16.621

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	13.683	13.722
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.683	13.722
Total circulante	13.683	13.722

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	-	200
Obrigações por convênios oficiais	6	6
Provisão para pagamentos a efetuar	16.547	13.974
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1.151	1.246
Outras Contingências	12	15
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.378	5.914
Pendências a regularizar	134	54
Operações com cartões	28.056	22.374
Demais fornecedores	2.876	2.256
Credores diversos	2.878	2.117
Total circulante	58.038	48.156

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	988	128	(379)	737
Cível	258	542	(386)	414
Total	1.246	670	(765)	1.151

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	737	988
Cível	Provável	414	258
Total		1.151	1.246

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 2.042; R\$ 328 e R\$ 36 (2016 - R\$ 457, R\$ 398 e R\$ 36), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	151.860	140.663
Total de associados	139.217	134.878

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.197 (2016 – R\$ 13.432), sendo R\$ 16.332 (2016 – R\$ 14.412) via integralização de resultados e R\$ 4.756 (2016 – R\$ 5.531), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 9.891 (2016 – R\$ 6.511).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 9.940, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 55% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	73.067	54.606
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(30.688)	(22.935)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	12	-
Provisão resgate de milhas cartão	71	10
Provisão PPR	127	44
Receita com atos cooperativos	25.588	18.477
Juros sobre capital próprio	4.175	4.531
Outros	18	(127)
Subtotal	29.991	22.935
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(697)	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	23.425	9.422
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	145.063	32.407
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	529.669	648.649
Outros Créditos - Rendas a receber	2.623	2.116
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	4.889	5.385
Investimentos (Nota 10)	36.753	36.753
Intangível (Nota 11)	11.456	11.199
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.474	3.872
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	372.566	335.951
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	13.683	13.722
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	28.055	21.936
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	14.158	4.419
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	15.360	10.676
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	56.682	78.843
Receita não operacional - Doação SFG	-	136
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	304	251
Operações de Empréstimos e Repasses	22.049	20.623
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.669	1.537
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	20.714	18.179

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	166	0,10%	187
Depósitos a prazo	2.480	0,32%	2.016
Operações de crédito	2.643	0,27%	3.662

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.329	2.955

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.313	1.361
Despesa de aluguéis	4.503	4.291
Despesa de comunicação	2.856	2.556
Despesa de manutenção e conservação	4.111	3.103
Despesa de material	780	519
Despesa processamento dados	866	658
Despesa de promoções e relações públicas	4.549	4.049
Despesa de propaganda e publicidade	568	570
Despesa de seguro	1.041	817
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.032	4.305
Despesa de serviços de terceiros	1.057	973
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.047	2.816
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.747	2.554
Despesa de serviços de transportes	3.556	2.691
Despesa de viagem	30	270
Outras despesas administrativas	11.976	7.901
Total	48.032	39.434

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	3.185	4.394
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	54.945	75.459
Reversão de provisões operacionais	7.177	10.867
Outras rendas operacionais	4.030	3.536
Total	69.337	94.256

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	8.127	3.146
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	573	698
Contribuição Confederação Sicredi	14.021	11.313
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.379	1.387
Encargos da administração financeira	307	424
Repasse administradora de Cartões	1.599	1.841
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.865	1.808
Outras provisões operacionais	7.569	10.492
Outras despesas operacionais	5.446	5.384
Total	41.995	36.586

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	278.547	221.594
Coobrigações em cessões de crédito	192	238
Total	278.739	221.832

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	321.183	270.259
Nível I (NI)	321.183	270.259
Capital principal - CP	321.183	270.259
Capital social	151.860	140.663
Reservas de capital	159.245	120.609
Lucros acumulados	22.283	15.872
Ajustes Prudenciais	(12.205)	(6.885)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.402.881	1.189.378
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.555	1.299
Margem de Capital (i)	171.325	151.509
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,89%	22,72%
Situação de Imobilização (Imob)	28.945	32.542
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,01%	12,04%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Sidnei Strejevitch
Diretor Executivo
CPF: 881.909.940-34

Giovani John
Diretor de Operações
CPF: 666.099.760-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20